ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

1. Introdução

Este Estudo Técnico Preliminar (ETP) tem por objetivo apresentar a análise da necessidade, alternativas, requisitos e estimativas referentes à contratação de operadora de plano de saúde para atender os servidores públicos municipais de Rio das Antas, no âmbito do Fundo de Assistência Social e Médica. A contratação será realizada via Credenciamento na modalidade custo operacional, buscando assegurar economicidade, sustentabilidade financeira e melhoria na qualidade da assistência à saúde dos beneficiários.

2. Identificação da Necessidade

A administração municipal necessita garantir assistência médica e hospitalar aos servidores e seus dependentes, em conformidade com políticas de valorização do servidor e exigências legais relativas à saúde suplementar. A atual solução disponível apresenta limitações relacionadas a custos, cobertura e capacidade operacional, o que demanda a avaliação de nova contratação.

3. Objetivos da Contratação

- Assegurar cobertura de serviços médicos, hospitalares e ambulatoriais adequados aos servidores municipais e seus dependentes.
- Viabilizar melhor gestão do risco assistencial por meio do modelo de contratação baseado em custo operacional.
- Promover sustentabilidade financeira do Fundo de Assistência Social e Médica.
- Garantir atendimento humanizado, rede credenciada adequada e mecanismos de regulação eficientes.

4. Descrição da Solução Requerida

A solução consiste na contratação de operadora de plano de saúde com registro na ANS para prestação de serviços de assistência à saúde. No modelo de custo operacional, a operadora será remunerada pelos custos efetivos assistenciais, acrescidos de taxa de administração previamente definida.

5. Requisitos da Contratação

5.1 Requisitos Técnicos

- Registro ativo e regular na Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).
- Capacidade comprovada de gestão em modelo de custo operacional.
- Disponibilidade de rede credenciada mínima dentro do Estado e/ou fora do Estado.
- Sistemas e ferramentas de auditoria médica, regulação e controle assistencial.
- Relatórios periódicos de utilização e custos.

5.2 Requisitos Operacionais

- Central de atendimento 24h.
- Equipe técnica para suporte ao contratante.
- Procedimentos para credenciamento, descredenciamento e auditoria.

5.3 Requisitos Legais

- Cumprimento da Lei nº 14.133/21, normas da ANS e demais legislações correlatas.

6. Alternativas Consideradas

1. **Manutenção do Contrato Atual**: descartada pela inviabilidade econômica e limitações operacionais.
2. **Autogestão Municipal**: inviável pela falta de estrutura, complexidade regulatória e alto custo inicial.
3. **Contratação de Operadora por Custo Operacional** (alternativa recomendada): oferta de maior transparência, previsibilidade e aderência ao perfil epidemiológico dos servidores.

7. Análise da Demanda e Perfil Epidemiológico

A demanda estimada considera o quantitativo de servidores ativos, inativos e dependentes, bem como histórico de utilização dos últimos anos, incluindo consultas, exames, internações e procedimentos de alta complexidade.

8. Estimativa de Custos

A estimativa baseia-se no histórico assistencial, inflação médica e parâmetros da ANS. A estrutura de custos esperada envolve:

- Despesas assistenciais diretas (consultas, exames, internações, terapias, etc.).
- Taxa de administração da operadora.
- Reserva técnica quando aplicável.

9. Riscos Identificados

- Aumento inesperado na sinistralidade.
- Insuficiência de rede credenciada.
- Falhas na regulação assistencial.
- Atrasos no fornecimento de informações e relatórios.

10. Benefícios Esperados

- Maior controle e transparência sobre gastos.
- Adequação do atendimento ao perfil dos servidores.
- Redução de desperdícios e melhoria na gestão assistencial.
- Previsibilidade orçamentária.

11. Justificativa Técnica da Escolha

A modalidade de custo operacional é a mais indicada por possibilitar melhor alinhamento entre custo real e remuneração da operadora, reduzindo distorções típicas de modelos pré-pagamento. A contratação visa garantir equilíbrio econômico-financeiro e qualidade dos serviços.

12. Conclusão

Com base nas análises apresentadas, recomenda-se a contratação de operadora de plano de saúde na modalidade custo operacional, assegurando melhor atendimento aos servidores municipais, sustentabilidade financeira e conformidade com as normas vigentes.

13. Responsáveis

Servidor responsável pela Elaboração do Estudo Técnico Preliminar:

_____
ISRAEL MONTEIRO
Diretor de Compras
Fundo Municipal de Saúde

De Acordo:

_____
LIDIANE TOMACHEUSKI
Secretária de Saúde